

AUTENTICIDADE NA ADOLESCÊNCIA: A MARGINALIZAÇÃO DO EU EM UM TEMPO DE TRANSIÇÃO, PERTENCIMENTO E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA**AUTHENTICITY IN ADOLESCENCE: THE MARGINALIZATION OF THE SELF IN A TIME OF TRANSITION, BELONGING, AND IDENTITY CONSTRUCTION****AUTENTICIDAD EN LA ADOLESCENCIA: LA MARGINACIÓN DEL YO EN UNA ÉPOCA DE TRANSICIÓN, PERTENENCIA Y CONSTRUCCIÓN DE IDENTIDAD**

10.56238/revgeov17n1-123

Julia Fânzeres Caminha Mutschler

Instituição: Universidade Paulista

E-mail: juliacaminha@gmail.com

Lisienne de Moraes Navarro Gonçalves Silva

Doutora

Instituição: Universidade Paulista

E-mail: lisienne.silva@docente.unip.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo aprofundar na elaboração do Eu em uma das fases simbolicamente mais marginalizadas, no sentido de ser deixada a margem, do desenvolvimento humano: a adolescência que constitui uma fase singular, marcada por intensas transformações biológicas, emocionais, sociais e simbólicas. A pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e teórico-analítica, é fundamentada em referenciais da Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Histórico-Cultural, Filosofia Social e Estudos Críticos da Subjetividade. Obras clássicas e contemporâneas de autores como Henri Wallon (1968), Lev Vygotsky (1999), Erik Erikson (1968), Audre Lorde (2019), Zygmunt Bauman (2001), Charles Taylor (2011) e Brené Brown (2019), foram selecionadas por sua relevância na discussão dos processos de identidade, autenticidade, pertencimento e constituição do sujeito na adolescência. O estudo propõe uma análise da autenticidade na adolescência a partir da noção de marginalização do Eu, compreendida não apenas como exclusão social, mas como um processo subjetivo no qual o adolescente é colocado à margem de si mesmo, de sua história infantil e de um lugar social legitimado. Problematisa-se como o pertencimento social, o ambiente midiático, a necessidade de encaixe, o luto do corpo infantil, o desejo de ser ouvido e o protagonismo interferem diretamente na construção do Eu Autêntico durante essa fase de transição. A pergunta que permeia esta pesquisa é como encorajar o adolescente a se reconhecer de maneira autêntica, mesmo vivenciando um momento de transição? Defende-se que a adolescência não deve ser compreendida como um “caos passageiro”, mas como um portal potente de reorganização subjetiva, cuja vivência no presente é fundamental para a autorregulação e para a consolidação da autenticidade.

Palavras-chave: Adolescência. Autenticidade. Desenvolvimento Humano. Identidade. Subjetividade.



ABSTRACT

This study aims to deepen the understanding of the formation of the Self during one of the most symbolically marginalized stages of human development: adolescence. Often positioned at the margins of social recognition, adolescence constitutes a singular developmental phase marked by intense biological, emotional, social, and symbolic transformations. This qualitative research adopts a bibliographic and theoretical-analytical approach, grounded in contributions from Developmental Psychology, Historical-Cultural Psychology, Social Philosophy, and Critical Studies of Subjectivity. Classical and contemporary works by authors such as Henri Wallon (1968), Lev Vygotsky (1999), Erik Erikson (1968), Audre Lorde (2019), Zygmunt Bauman (2001), Charles Taylor (2011), and Brené Brown (2019) were selected due to their relevance to discussions on identity processes, authenticity, belonging, and the constitution of the subject during adolescence. The study analyzes authenticity in adolescence through the concept of marginalization of the Self, understood not only as social exclusion but as a subjective process in which adolescents are placed at the margins of themselves, their childhood history, and a socially legitimized position. It problematizes how social belonging, the media environment, the need to fit in, the mourning of the childhood body, the desire to be heard, and protagonism directly interfere with the construction of an authentic Self during this transitional period. The guiding question of the research concerns how adolescents can be encouraged to recognize themselves authentically while navigating a phase of profound transition. The study argues that adolescence should not be understood as a “passing chaos,” but rather as a powerful portal of subjective reorganization, in which engagement with the present moment is essential for self-regulation and for the consolidation of authenticity.

Keywords: Adolescence. Authenticity. Human Development. Identity. Subjectivity.

RESUMEN

Este estudio pretende ahondar en la elaboración del yo en una de las fases más simbólicamente marginadas del desarrollo humano: la adolescencia, una fase única marcada por intensas transformaciones biológicas, emocionales, sociales y simbólicas. La investigación cualitativa, de naturaleza bibliográfica y teórico-analítica, se fundamenta en los marcos de la Psicología del Desarrollo, la Psicología Histórico-Cultural, la Filosofía Social y los Estudios Críticos de la Subjetividad. Se seleccionaron obras clásicas y contemporáneas de autores como Henri Wallon (1968), Lev Vygotsky (1999), Erik Erikson (1968), Audre Lorde (2019), Zygmunt Bauman (2001), Charles Taylor (2011) y Brené Brown (2019) por su relevancia en la discusión de los procesos de identidad, autenticidad, pertenencia y constitución del sujeto en la adolescencia. Este estudio propone un análisis de la autenticidad en la adolescencia basado en la noción de marginalización del yo, entendida no solo como exclusión social, sino como un proceso subjetivo en el que el adolescente se ve marginado de sí mismo, de su historia infantil y de un lugar social legítimo. Problematiza cómo la pertenencia social, el entorno mediático, la necesidad de encajar, el duelo por el cuerpo infantil, el deseo de ser escuchado y el protagonismo interfieren directamente en la construcción del Yo Auténtico durante esta fase de transición. La pregunta que permea esta investigación es cómo animar a los adolescentes a reconocerse auténticamente, incluso en un momento de transición. Argumenta que la adolescencia no debe entenderse como un "caos pasajero", sino como una poderosa puerta de entrada para la reorganización subjetiva, cuya experiencia en el presente es fundamental para la autorregulación y la consolidación de la autenticidad.

Palabras clave: Adolescencia. Autenticidad. Desarrollo Humano. Identidad. Subjetividad.



1 INTRODUÇÃO

A adolescência, tal como a compreendemos hoje, não é apenas uma etapa biológica do crescimento humano, mas uma construção histórica, social e cultural. Em outras épocas, especialmente nas sociedades antigas, tradicionais e medievais, a passagem da infância para a vida adulta acontecia de forma rápida e funcional: ao atingir certa maturidade física, o indivíduo passava a assumir papéis produtivos, familiares e sociais. Não havia um tempo socialmente legitimado para experimentar quem se é, para duvidar, para errar ou para buscar sentido. Como aponta Philippe Ariès (1981), até mesmo a noção de infância diferenciada é relativamente recente, o que torna ainda mais tardio o surgimento da adolescência como categoria social.

Foi apenas entre os séculos XVIII e XIX, com a modernização, a industrialização e a ampliação da escolarização obrigatória, que esse “tempo de espera” entre infância e vida adulta passou a existir. Jovens foram retirados do trabalho precoce e mantidos por mais tempo nas instituições de ensino, sob tutela familiar e social. Nesse intervalo, que não era mais infância e ainda não era vida adulta, nasceu aquilo que hoje chamamos de adolescência: um espaço de formação, mas também de incerteza, expectativa e tensão.

No início do século XX, a adolescência ganhou estatuto científico, sobretudo a partir dos estudos de G. Stanley Hall (1904), que descreveu essa fase como um período de “tempestade e estresse”, marcado por intensas transformações emocionais e conflitos internos. Embora sua abordagem tenha sido fortemente biologizante, ela teve um papel decisivo ao legitimar a adolescência como uma etapa própria do desenvolvimento humano, e não apenas como um “meio do caminho”.

Com Erik Erikson (1968), a adolescência passa a ser compreendida como o momento central da construção da identidade. É nessa fase que o sujeito tenta responder, muitas vezes de forma dolorosa, à pergunta: “quem sou eu?”. O conflito entre identidade e confusão de papéis expressa o esforço do jovem para integrar aquilo que foi na infância, aquilo que deseja ser e aquilo que o mundo espera dele. Nesse processo emerge a busca por autenticidade: o desejo de existir de forma coerente com aquilo que se sente e se é.

Na infância, essa autenticidade costuma ser visível. Crianças se entregam aos jogos, às fantasias, às preferências e aos afetos de forma espontânea. No entanto, ao longo do crescimento, essa espontaneidade vai sendo moldada, corrigida e, muitas vezes, silenciada. Não é raro que uma criança que ama determinado esporte, cor, brincadeira ou forma de se expressar passe a ouvir que “isso não é para ela”. Comentários aparentemente simples — como “ballet é coisa de menina” ou “futebol não é para você” — vão, pouco a pouco, ensinando que existir plenamente pode custar o pertencimento.

Quando essas experiências se acumulam, a criança aprende que ser aceita é, muitas vezes, mais seguro do que ser autêntica. Ao chegar à adolescência, esse conflito se intensifica. O jovem passa a circular em novos grupos, busca reconhecimento fora da família e sente, com força, o medo de não



pertencer. Para ser aceito, muitas vezes veste máscaras, imita comportamentos, silencia gostos e emoções. Não porque deixou de ser autêntico, mas porque aprendeu que a autenticidade pode gerar rejeição.

É por isso que a adolescência é um tempo tão sensível. É quando os valores, as referências e as formas de se ver no mundo estão sendo construídos. Os adolescentes procuram modelos — de vestir, de falar, de amar, de existir — e, nesse processo, os conflitos com os adultos se tornam frequentes. O que muitas vezes é visto como rebeldia ou desobediência é, na verdade, uma tentativa de encontrar um lugar próprio no mundo.

Do ponto de vista histórico, a adolescência sempre ocupou um lugar ambíguo. Durante muito tempo, não foi reconhecida como uma fase específica, e o jovem era visto ora como uma criança grande, ora como um adulto incompleto. Mesmo hoje, apesar de todo o reconhecimento científico e cultural, a adolescência ainda é frequentemente tratada como um problema a ser superado, e não como uma experiência legítima da construção do Eu.

Essa visão contribui para a marginalização simbólica do adolescente. Seus sofrimentos são minimizados, suas crises são banalizadas, suas dores são interpretadas como “drama”. Como aponta Vygotsky (1999), o desenvolvimento humano não acontece isoladamente, mas nas relações sociais e culturais. Quando o mundo adulto deslegitima a experiência do adolescente, ele empurra esse sujeito para um lugar de silêncio e invisibilidade, justamente no momento em que ele mais precisa ser visto e escutado.

A adolescência, portanto, não é um “caos passageiro”, mas um período profundamente estruturante. É nela que o Eu se reorganiza, que a consciência de si se aprofunda e que a autenticidade passa a ser uma tarefa existencial: como ser quem sou sem perder o direito de pertencer?

Diante disso, este trabalho propõe refletir sobre a autenticidade na adolescência a partir do conceito de marginalização do Eu, dialogando com as contribuições de Henri Wallon (1968), Lev Vygotsky (1999), Erik Erikson (1968), Audre Lorde (2019), Zygmunt Bauman (2001), Charles Taylor (2011) e Brené Brown (2019). A pergunta que orienta esta reflexão é: como encorajar o adolescente a se reconhecer e se expressar de forma autêntica em um tempo de transição, insegurança e busca por pertencimento? Defender a adolescência como uma fase potente, e não como um desvio, é também defender o direito do jovem de existir por inteiro — com suas dúvidas, suas contradições, seus afetos e sua voz.

2 A MARGINALIZAÇÃO DO EU COMO CATEGORIA ANALÍTICA

Neste trabalho, propõe-se o conceito de marginalização do Eu como uma categoria analítica para compreender os processos subjetivos pelos quais o adolescente, diante de pressões sociais, familiares, midiáticas e normativas, é levado a deslocar partes centrais de sua experiência interna para



garantir pertencimento e reconhecimento. Trata-se de um movimento que produz clivagens entre o Eu vivido — aquilo que o sujeito sente, deseja e experimenta — e o Eu exibido, isto é, a forma como aprende a se apresentar para ser aceito no mundo social.

Diferentemente de uma exclusão social objetiva, a marginalização do Eu opera no plano simbólico e relacional, afetando a integração da identidade e a continuidade da experiência de si. À luz de Wallon (1968), esse processo compromete a articulação entre emoção, corpo e meio social; em termos vygotskianos (1999), fragiliza a internalização de significados que sustentam uma identidade coesa; e, como aponta Audre Lorde (2019), o silenciamento de partes do Eu constitui uma forma de violência psíquica, especialmente em sujeitos em formação.

Na adolescência, período em que o sujeito busca simultaneamente diferenciação e pertencimento, a marginalização do Eu torna-se particularmente intensa, podendo levar o jovem a sacrificar sua autenticidade em troca de aceitação social. Assim, compreender esse processo é fundamental para pensar práticas educativas, familiares e clínicas que promovam reconhecimento, escuta e integração subjetiva.

3 ADOLESCÊNCIA E A MARGINALIZAÇÃO DO EU

A marginalização do Eu manifesta-se quando sentimentos, desejos, formas de expressão corporal, escolhas identitárias e modos de existir são sistematicamente deslegitimados pelo meio, levando o adolescente a adaptar-se às expectativas externas em detrimento da integração de sua própria experiência. Nesse sentido, a perda da autenticidade não é um traço individual, mas um efeito relacional e cultural, produzido nas interações com o outro e com os sistemas simbólicos que organizam o pertencimento social.

A adolescência constitui uma fase de transição na qual o sujeito já não se reconhece plenamente como criança, mas ainda não encontra um lugar simbólico estável como adulto. Esse estado liminar produz uma espécie de suspensão identitária, em que o Eu precisa se reorganizar diante de intensas transformações corporais, emocionais, cognitivas e sociais. O corpo que muda, a sexualidade que emerge, a ampliação das exigências sociais e o desejo de pertencimento fazem com que o adolescente experimente sentimentos recorrentes de estranhamento, inadequação e, muitas vezes, perda de continuidade de si.

Henri Wallon (1968) compreende o desenvolvimento humano como um processo dialético entre emoção, corpo e meio social. Para o autor, as crises não são falhas do desenvolvimento, mas momentos estruturantes de reorganização da personalidade. A adolescência, nesse sentido, configura-se como uma crise normativa, marcada por conflitos internos e externos que impulsionam a reconstrução do Eu. O jovem passa a confrontar valores, experimentar limites, testar papéis e buscar



reconhecimento fora do núcleo familiar, especialmente nos grupos de pares, que passam a exercer forte função identitária.

Segundo Wallon, é na puberdade e na adolescência que o sujeito começa a se explorar como uma identidade relativamente autônoma, por meio de atitudes de autoafirmação, confronto e questionamento das normas adultas. Esse movimento não deve ser lido como desvio ou rebeldia patológica, mas como uma tentativa legítima de afirmação de si. Como apontam Der e Ferrari (2005), trata-se de um momento no qual o jovem é convocado a realizar escolhas de valores morais e de posicionamento diante da sociedade, o que exige mediação, escuta e reconhecimento por parte dos adultos.

Nessa fase, ocorre também o predomínio de formas de pensamento mais abstratas e reflexivas, com maior consciência do tempo, do futuro e das consequências de suas escolhas. O adolescente passa a pensar sobre si mesmo como um sujeito histórico: quem foi, quem é e quem deseja se tornar. Paralelamente, intensifica-se a vida afetiva, e Wallon descreve esse período marcado por uma direção centrípeta, na qual o sujeito volta-se para dentro, buscando compreender seus sentimentos, desejos e contradições.

É nesse contexto que se instala a possibilidade da marginalização do Eu. Quando a família, a escola e a cultura respondem à crise adolescente com controle excessivo, desqualificação, silenciamento ou normatização rígida, o jovem tende a aprender que certos aspectos de si não são aceitáveis. O Eu passa, então, a se fragmentar: uma parte é mostrada para garantir pertencimento; outra é escondida para evitar rejeição.

A Psicologia Histórico-Cultural, especialmente em Vygotsky (1999), aprofunda essa compreensão ao afirmar que o desenvolvimento da consciência e da identidade ocorre sempre de forma mediada pelas relações sociais e pela linguagem. Como afirma o autor, “toda função no desenvolvimento cultural da criança aparece duas vezes: primeiro no plano social, depois no plano psicológico” (VYGOTSKY, 1999, p. 112). Assim, quando a experiência do adolescente não encontra reconhecimento no diálogo com o outro, ela dificilmente pode ser integrada de forma saudável ao seu mundo interno.

Nesse ponto, a reflexão de Audre Lorde (2019) oferece uma contribuição ética e política decisiva. Ao afirmar que “não existe hierarquia de opressões” e que “o silêncio não nos protege” (LORDE, 2019, p. 42), a autora nos lembra que toda forma de silenciamento produz alienação e fragmentação do Eu. Para o adolescente, cuja identidade ainda está em construção, não poder nomear seus sentimentos, desejos e conflitos significa aprender que sua experiência não tem valor. A autenticidade, nesse contexto, torna-se um ato de resistência.

Assim, a adolescência pode ser compreendida como um campo de tensão entre pertencimento e autenticidade. O jovem precisa, simultaneamente, ser aceito pelo grupo e permanecer fiel à sua



experiência interna. Quando os contextos sociais oferecem escuta, reconhecimento e segurança emocional, essa tensão pode ser elaborada de forma criativa, favorecendo a construção de uma identidade integrada. Quando, ao contrário, predominam a rejeição, o silenciamento ou a patologização das emoções, a crise tende a se transformar em um processo de apagamento do Eu.

A marginalização do Eu na adolescência, portanto, não é inevitável. Ela é produzida — ou evitada — pelas formas de relação que os adultos, as instituições e a cultura estabelecem com o jovem. Reconhecer a adolescência como uma fase potente, e não como um problema, é reconhecer o direito do sujeito de existir, sentir, errar, experimentar e se construir de forma autêntica.

4 PERTENCIMENTO, CULTURA E A TENSÃO ENTRE ADAPTAÇÃO E AUTENTICIDADE

O pertencimento social assume um papel central na adolescência. Segundo Vygotsky (1999), o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre sempre mediado pelas relações sociais e pela linguagem. Isso significa que o adolescente constrói sua identidade não de forma isolada, mas a partir do olhar do outro, das interações grupais e dos signos culturais disponíveis em seu contexto histórico. Ser visto, reconhecido e nomeado pelo outro é parte constitutiva da formação do Eu.

Nesse processo, a necessidade de se encaixar emerge como uma estratégia de sobrevivência psíquica. O medo da exclusão social pode levar o adolescente a silenciar aspectos autênticos de si, ajustando comportamentos, opiniões e até valores para garantir aceitação. Quando essa adaptação se torna excessiva, a identidade passa a ser moldada prioritariamente pelas expectativas externas, comprometendo o desenvolvimento da autenticidade e produzindo uma sensação de alienação em relação a si mesmo.

Essa tensão se intensifica porque o adolescente está em um momento de reorganização cognitiva profunda. Como destaca Garcia (2001), a passagem entre diferentes níveis de pensamento — do concreto ao abstrato e, posteriormente, à articulação entre ambos — não ocorre de maneira linear ou tranquila, mas por meio de conflitos, rupturas e reelaborações internas. O jovem vive, simultaneamente, a ampliação de sua capacidade reflexiva e a dificuldade de integrar essa nova forma de pensar à sua experiência emocional e social, o que contribui para sentimentos de confusão, insegurança e instabilidade identitária.

Henri Wallon (1968) também enfatiza que o meio social é um fator determinante na constituição da personalidade, pois é nele que se organizam os grupos, os costumes, as normas e os valores que dão sentido à experiência individual. O meio, para Wallon (1968), não se restringe ao espaço físico, mas inclui os sistemas simbólicos, afetivos e culturais nos quais o sujeito está inserido, como a família, a escola, a comunidade e os grupos de pares. É nesses espaços que o adolescente



aprende o que é permitido, valorizado ou rejeitado, e é a partir dessa aprendizagem que organiza sua imagem de si.

A adolescência, segundo Wallon (1968), é marcada por uma crise de oposição semelhante, em sua função estrutural, àquela vivida na primeira infância. Assim como a criança pequena precisa se opor ao outro para afirmar sua individualidade, o adolescente volta a questionar as figuras de autoridade, os valores recebidos e as normas estabelecidas, em um movimento necessário de diferenciação e construção do Eu. Essa oposição não deve ser interpretada como desvio ou desajuste, mas como um processo fundamental de individuação.

Nesse sentido, o jovem começa a perceber que muitos dos valores, crenças e comportamentos que até então assumia como seus são, na verdade, heranças do mundo adulto. Ao confrontá-los, o adolescente inicia um trabalho psíquico de apropriação crítica de sua própria identidade.

Como destaca Wallon (1968), o “outro” diante do qual o Eu se constrói não é apenas uma pessoa, mas a própria cultura. Por isso, quando a escola e a família desqualificam os questionamentos do adolescente, acabam, muitas vezes, deslegitimando o próprio processo de construção da subjetividade.

A busca por pertencimento faz com que os jovens se aproximem intensamente de grupos de pares, pois a família deixa de ser a única fonte de reconhecimento do Eu. É entre os iguais que o adolescente testa modos de existir, de se expressar e de ser aceito. No entanto, como observa Bauman (2001), a vida em sociedade na modernidade líquida é marcada por vínculos frágeis e insegurança afetiva, de modo que muitos jovens se veem obrigados a enfrentar sozinhos suas angústias, mesmo quando estão cercados por outros.

Quando o adolescente não encontra compreensão e acolhimento em sua família e em suas instituições, pode buscar aceitação em grupos igualmente fragilizados emocionalmente, nos quais o pertencimento é muitas vezes condicionado à negação de aspectos do Eu. Assim, muitos jovens passam a confundir pertencimento com submissão, acreditando que, para serem aceitos, precisam abrir mão de sua singularidade.

É nesse ponto que a contribuição de Audre Lorde (2019) se torna especialmente potente. Ao afirmar que o silenciamento do Eu é uma forma de violência, a autora nos ajuda a compreender que negar a própria voz, os próprios sentimentos e desejos para garantir aceitação produz uma ruptura interna profunda. Para o adolescente, esse processo pode significar aprender que existir de forma autêntica é perigoso, enquanto se adaptar é uma condição para sobreviver socialmente.

A partir da teoria de Vygotsky, Chaiklin (2011) acrescenta que cada período do desenvolvimento humano está atravessado por expectativas sociais historicamente construídas, que definem o que se espera do sujeito em determinado momento de sua vida. Assim, a adolescência é vivida dentro de um conjunto de demandas culturais — sobre comportamento, desempenho,



sexualidade, aparência e futuro — que pressionam o jovem a se conformar a modelos muitas vezes incompatíveis com sua experiência interna.

Nesse cenário, a construção da autenticidade torna-se um desafio central. Ser adolescente passa a significar não apenas crescer, mas aprender a negociar, resistir e reinterpretar as expectativas sociais para não perder o vínculo consigo mesmo. A forma como família, escola e sociedade acolhem — ou reprimem — esse processo é decisivo para que o Eu possa emergir de maneira integrada, viva e reconhecida.

5 AMBIENTE MIDIÁTICO, REDES SOCIAIS E COMPARAÇÃO

Na contemporaneidade, o ambiente midiático ocupa um lugar central na experiência do adolescente. As redes sociais funcionam como vitrines permanentes de comparação, expondo, em ritmo contínuo, imagens idealizadas de corpo, sucesso, felicidade e popularidade. Para um Eu ainda em formação, atravessado por inseguranças e pela necessidade de pertencimento, essas imagens operam como modelos normativos quase inalcançáveis, produzindo sentimentos recorrentes de inadequação e desvalorização.

A comparação constante afeta diretamente a construção da identidade. O adolescente passa a se observar através do olhar do outro — curtidas, seguidores, comentários, visualizações — e aprende a avaliar o próprio valor a partir desses indicadores externos. Nesse contexto, o risco é que a identidade deixe de ser uma experiência vivida e passe a se tornar uma performance, cuidadosamente construída para gerar validação social, ainda que desconectada da experiência subjetiva.

Essa dificuldade de integrar o mundo interno à expressão externa não é nova, mas ganha intensidade no ambiente digital. Como afirma Garcia (2001), ao analisar o desenvolvimento conceitual na adolescência:

O adolescente formará e utilizará muito corretamente um conceito numa situação concreta, mas sentirá uma estranha dificuldade em exprimi-lo por palavras, sendo que a definição verbal, em muitos casos, será mais restritiva do que a forma como o conceito é vivido (GARCIA, 2001, p. 80).

Essa cisão entre o que se vive e o que se consegue expressar torna-se ainda mais complexa quando a comunicação passa a ocorrer em espaços públicos, rápidos e avaliativos como as redes sociais, onde o que importa não é apenas sentir, mas parecer.

6 A LINGUAGEM NA INTERNET E A EXPRESSÃO DO EU

Henri Wallon (1968) afirma que o meio social é um dos fatores mais determinantes na constituição da personalidade. Na adolescência, isso inclui não apenas os espaços presenciais, como a família e a escola, mas também os ambientes digitais, nos quais o Eu passa a buscar reconhecimento,



pertencimento e visibilidade. Para Wallon (1968), a linguagem não é apenas verbal, mas um fenômeno que integra corpo, emoção e relação com o outro. A comunicação humana nasce de uma linguagem tônico-emocional, expressa por gestos, posturas, expressões faciais e ritmos, antes mesmo da palavra.

Essa concepção permite compreender as linguagens digitais como extensões contemporâneas dessas formas primárias de expressão. Emojis, memes, vídeos curtos, gifs, trilhas sonoras, imagens e performances corporais nas redes sociais articulam emoção, corpo e pertencimento coletivo, funcionando como sistemas simbólicos de comunicação afetiva. Para o adolescente, que muitas vezes ainda não dispõe de palavras para nomear seus sentimentos, esses recursos oferecem formas legítimas de expressão de angústias, desejos, inseguranças e vínculos.

No entanto, quando essas linguagens são deslegitimadas pelo mundo adulto — consideradas superficiais, vazias ou empobrecidas — ocorre uma forma de marginalização simbólica da expressão adolescente. À luz da teoria walloniana, isso rompe a integração entre emoção, pensamento e linguagem, comprometendo o processo de construção de um Eu coeso e autêntico (WALLON, 1968).

Além disso, o ambiente digital impõe ritmos acelerados e uma lógica permanente de visibilidade e comparação. A linguagem, nesses espaços, corre o risco de deixar de ser um meio de elaboração emocional e passar a operar como estratégia de aceitação social. O adolescente aprende, então, a comunicar não aquilo que sente, mas aquilo que é mais bem recebido, intensificando a fragmentação entre o Eu vivido e o Eu exibido.

Compreender as linguagens digitais a partir de Wallon (1968) implica reconhecê-las como manifestações legítimas do desenvolvimento emocional e relacional na adolescência. Mais do que combatê-las ou patologizá-las, é fundamental criar espaços educativos e clínicos que favoreçam a tradução dessas linguagens em experiências simbólicas mais integradas, promovendo escuta, reconhecimento e autoria.

Porém, também é importante ressaltar que a comunicação eletrônica muito presente nos dias de hoje desloca a compreensão corporal que antes era percebida nos encontros presenciais, mas hoje podem ser camufladas e despercebidas na interação digital. Hoje vive-se um momento em que a fantasia se confunde com a realidade, na qual imagens fictícias, elaboradas por inteligência artificial, são constantemente confundidas com a realidade.

Conforme Susan E. Schwartz (2025, p. 83) “Atualmente há muitas imagens sobre tudo. Comparamos a realidade a imagem, em vez de compararmos a imagem à realidade.” Ou seja, o cuidado com o uso ilimitado de telas é um aspecto urgente para construção do Eu Autêntico. Jovens se encontram entre a necessidade de se manter atualizados e capazes de se relacionar em meio a era tecnológica, mas também não devem se abster de assuntos como história, filosofia, sociologia e ética. O equilíbrio do uso das redes sociais, que se fazem indispensáveis, se dará por meio da consciência e suporte parental, escolar e institucional.



Assim, “Telas e tudo que pode ser criado nelas podem mitigar a capacidade de nos surpreendermos, a experiência da surpresa e descoberta. Podem levar a um distanciamento radical do mundo.” (Susan E. Schwartz, 2025, p. 83)

A relação social virtual alterou completamente a maneira como o adolescente se expressa no mundo. De seu próprio quarto, ele é capaz de criar ou destruir inúmeras possibilidades para si e para o outro. Se antes os pais se preocupavam quando os filhos saíam de casa, atualmente o perigo também pode ocorrer diante dos seus próprios olhos.

Por isso a conscientização, a construção de relações de confiança, o respeito, o protagonismo e a escuta ativa dos pais e educadores em relação ao jovem deve estar muito bem desenvolvida, para que assim, juntos, se estabeleça um comportamento que seja benéfico para ambas as interações.

Promover uma via de “mão dupla” no aprendizado, na qual jovens e adultos aprendam juntos a identificar o que é real e o que não é, será um grande diferencial na formação do Eu Autêntico do adolescente.

A internet aumentou o fluxo de imagens que duplicam a vida, e qualquer um é dotado do poder de inventá-las e emití-las. A mídia social e uma conexão internética constante mudaram significativamente o modo de as pessoas viverem e perceberem as relações, e isso também estimulou ilusões que impactam enormemente a identidade e a construção de imagem. (Susan E. Schwartz, 2025, p. 83)

Nesse sentido, as redes sociais não são apenas um risco, mas também um território simbólico onde o adolescente tenta, muitas vezes de forma precária, existir, ser visto e ser reconhecido. A questão central não é o uso da tecnologia em si, mas como ela é atravessada por relações de poder, expectativas normativas e exigências de performance que podem afastar o jovem de sua própria experiência. Reconhecer, acolher e mediar essas formas de expressão é uma das tarefas éticas mais importantes de quem trabalha com adolescentes hoje.

7 O LUTO DO CORPO INFANTIL: O ADOLESCENTE E OS PAIS

O luto pelo corpo infantil acompanha as mudanças pubertárias. Meninas e meninos enfrentam olhares, sexualização e códigos de gênero que atravessam a construção do Eu. Quando não há acolhimento, o corpo torna-se campo de conflito, favorecendo a fragmentação identitária.

Um dos processos psíquicos mais profundos da adolescência é o luto pelo corpo infantil. O adolescente precisa elaborar a perda de um corpo conhecido, previsível e socialmente legitimado para habitar um corpo em transformação, atravessado por mudanças hormonais, sexuais e simbólicas.

Esse novo corpo, muitas vezes vivido com estranhamento, vergonha ou fascínio, deixa de ser apenas um dado biológico e passa a se tornar um território de identidade. O luto, portanto, não é apenas



físico, mas também psíquico e social: perde-se um modo de existir, um lugar na família, uma forma de ser visto e reconhecido.

Paralelamente, os pais também atravessam o luto pelo corpo infantil do filho. A criança que podia ser protegida, controlada e idealizada dá lugar a um sujeito que deseja autonomia, privacidade e reconhecimento. Quando esse luto parental não é elaborado, surgem reações defensivas como a negação da maturação do filho, o controle excessivo ou a tentativa de manter o adolescente preso a papéis infantis. Isso dificulta o reconhecimento do jovem como sujeito em construção e intensifica os conflitos familiares.

Esse processo de transformação não ocorre apenas no corpo visível, mas também no corpo psíquico. Como afirma Vygotsky (1991), no final da infância e início da adolescência há uma reorganização profunda das funções psicológicas “para a criança, pensar significa lembrar; para o adolescente, lembrar significa pensar” (VYGOTSKY, 1991, p. 37).

Isso significa que o adolescente passa a reinterpretar suas experiências, seu passado e sua própria história, utilizando a memória de forma reflexiva. O corpo que muda e a mente que se reorganiza produzem, juntos, uma experiência intensa de estranhamento de si, exigindo um grande esforço de reapropriação subjetiva desse novo corpo e dessa nova identidade.

Nesse contexto, a relação com a própria imagem torna-se especialmente sensível. A menina passa a vigiar seu corpo, sua postura, sua roupa, sua voz, aprendendo que seu corpo é agora olhado, avaliado e, muitas vezes, sexualizado. O menino, por sua vez, confronta-se com impulsos corporais e sinais de virilidade que ainda não sabe nomear nem controlar. A inocência ficou para trás, mas a maturidade emocional ainda está em formação, criando um terreno fértil para vergonha, confusão e insegurança.

Sem o apoio empático de pais e educadores, o adolescente pode vivenciar seu corpo em transformação como algo ameaçador ou errado. O que é, na verdade, expressão de uma natureza fértil e saudável pode ser vivido como excesso, descontrole ou culpa. Neste sentido, a construção do Eu Autêntico depende profundamente da possibilidade de o jovem ser acolhido em sua experiência corporal e emocional, sem ridicularização, censura ou silenciamento.

Wallon (1968) descreve a adolescência como uma fase marcada por intensas ambivalências: desejo de oposição e necessidade de pertencimento, impulsos de conquista e movimentos de retraimento, busca de aventura e medo de perder o amor do outro. Essas oscilações são acompanhadas por vínculos afetivos intensos, que precisam ser mediados por adultos capazes de oferecer continência emocional e orientação, sem sufocar a autonomia emergente.

É também nesse período que surgem necessidades novas e ainda pouco compreendidas, especialmente ligadas à sexualidade e ao desejo de intimidade. O adolescente pode experimentar sentimentos de fusão, idealização do outro e impulsos de entrega total, ao mesmo tempo em que luta



para preservar sua identidade. Quando essas experiências não encontram espaço para reflexão e diálogo, o risco é que o jovem se afaste de si mesmo para se adaptar ao olhar ou ao desejo do outro.

A busca pelo parceiro amoroso ou sexual, seja de forma idealizada ou concreta, integra esse processo de construção do Eu. Embora o pensamento crítico esteja em desenvolvimento, a fantasia, o sonho e a projeção ocupam um lugar importante, justamente porque o mundo afetivo ainda está sendo organizado. Por essa razão, decisões de grande impacto existencial — como escolhas profissionais — precisam ser acompanhadas com cuidado, para que não se tornem tentativas inconscientes de satisfazer carências emocionais, expectativas parentais ou ideais irreais.

O luto pelo corpo infantil, tanto do adolescente quanto dos pais, é, portanto, um processo delicado e necessário. Quando elaborado com apoio, escuta e reconhecimento, ele permite que o jovem habite seu novo corpo e sua nova identidade de forma mais integrada, abrindo caminho para o desenvolvimento de um Eu mais livre, consciente e autêntico.

8 O CORPO EM TRANSFORMAÇÃO, O LUTO DO CORPO INFANTIL E A CONSTRUÇÃO DA AUTENTICIDADE

A puberdade inaugura uma profunda reorganização biológica que sustenta as transformações psíquicas e sociais da adolescência. Alterações hormonais desencadeiam o amadurecimento dos órgãos reprodutores, o crescimento acelerado do corpo e a modificação dos traços físicos, produzindo um novo corpo que o sujeito ainda não reconhece plenamente como seu. Esse corpo que cresce, muda de forma, deseja e é olhado pelo outro precisa ser simbolizado e integrado à identidade em formação.

Em média, as meninas vivenciam esse processo de forma mais precoce. O início da menstruação (menarca), o desenvolvimento das mamas e o alargamento dos quadris não são apenas eventos fisiológicos, mas marcos simbólicos que deslocam o lugar social da menina. O corpo, antes infantil, passa a ser percebido como corpo feminino, muitas vezes exposto a olhares, expectativas e sexualização, o que pode gerar sentimentos de vergonha, ambivalência e perda da espontaneidade.

Nos meninos, as transformações corporais incluem o crescimento e a definição dos traços do rosto, o surgimento de pelos faciais, o engrossamento da voz e o aumento da massa corporal. Essas mudanças, mediadas pela testosterona, inserem o adolescente em códigos culturais de masculinidade que frequentemente exigem força, controle e domínio, mesmo quando o mundo emocional ainda está frágil e confuso.

Independentemente do gênero, todos os adolescentes vivenciam a aquisição da capacidade reprodutiva, o aparecimento de pelos corporais, a acne e o crescimento acelerado de órgãos internos e da estatura. Essas mudanças podem ser vividas com fascínio, estranhamento ou rejeição, pois o corpo deixa de ser previsível e passa a surpreender o próprio sujeito.



É nesse cenário que se instala o luto pelo corpo infantil. O adolescente precisa elaborar a perda de um corpo que era familiar, dócil e socialmente protegido para habitar um corpo novo, atravessado por desejos, impulsos e visibilidade social. Esse luto não é apenas físico, mas profundamente psíquico: perde-se um modo de existir, uma posição no olhar do outro e uma forma de ser no mundo.

Quando esse processo não é acompanhado por escuta, informação e acolhimento, o jovem pode sentir vergonha do próprio corpo, medo de suas reações e dificuldade de se reconhecer como legítimo em sua transformação. O corpo passa a ser vivido como algo estranho, que precisa ser escondido, controlado ou adaptado às expectativas externas, abrindo espaço para a fragmentação do Eu.

A construção da autenticidade depende diretamente da possibilidade de o adolescente se apropriar desse novo corpo como parte de si. Reconhecer-se em suas mudanças, em seus desejos e em suas emoções é um passo essencial para a formação de uma identidade integrada. Quando o ambiente — família, escola e cultura — oferece suporte, diálogo e validação, o corpo em transformação pode tornar-se um território de descoberta e fortalecimento do Eu. Quando, ao contrário, encontra julgamento, silenciamento ou controle excessivo, o corpo torna-se um campo de conflito, e a autenticidade é sacrificada em nome da aceitação.

O corpo adolescente não é apenas um corpo biológico em mudança, mas um corpo simbólico, no qual se inscrevem pertencimento, gênero, desejo, poder e identidade. À medida que o sujeito passa a ser olhado, nomeado e avaliado a partir de novos códigos sociais, o corpo torna-se um dos principais mediadores da experiência de si. A forma como esse corpo é reconhecido — ou deslegitimado — pelo outro desempenha um papel decisivo na possibilidade de o jovem apropriar-se de sua própria transformação sem precisar negar aspectos centrais de sua existência.

9 AUTENTICIDADE COMO TAREFA SUBJETIVA NA ADOLESCÊNCIA

A autenticidade, longe de constituir um traço inato ou uma característica estável da personalidade, configura-se como relações sociais, culturais e afetivas. Na adolescência, essa tarefa assume um caráter particularmente delicado, uma vez que o sujeito se encontra em processo de reorganização identitária, buscando integrar o que foi na infância, o que vive no presente e o que projeta para o futuro.

Ser autêntico, nesse contexto, não significa agir de forma espontânea ou impulsiva, tampouco expressar todos os desejos sem mediação. Trata-se, antes, da possibilidade de reconhecer-se como autor da própria experiência, mantendo uma relação minimamente coerente entre o sentir, o pensar e o agir. A autenticidade envolve, portanto, a construção de uma narrativa de si que permita ao sujeito habitar sua própria história sem precisar fragmentar-se para pertencer.

Na adolescência, essa construção ocorre sob intensa pressão normativa. O jovem é convocado a corresponder a expectativas familiares, escolares, midiáticas e sociais, ao mesmo tempo em que ainda



não dispõe de recursos psíquicos plenamente consolidados para sustentar escolhas autônomas. Nesse cenário, a autenticidade deixa de ser apenas um ideal e passa a se tornar um campo de tensão entre o desejo de ser fiel a si mesmo e o medo da exclusão social.

Como aponta Charles Taylor (2011), a autenticidade não é um valor individualista desconectado do mundo, mas uma ética relacional: o sujeito só pode ser autêntico na medida em que é reconhecido pelo outro como legítimo em sua singularidade. Quando esse reconhecimento falha, o risco não é apenas a frustração, mas a constituição de um Eu ajustado às expectativas externas, em detrimento da experiência interna. É nesse ponto que a autenticidade se aproxima diretamente do conceito de marginalização do Eu.

A marginalização do Eu ocorre quando o adolescente aprende, de forma explícita ou implícita, que certos aspectos de si — sentimentos, desejos, expressões corporais, identidades — não são aceitáveis. Para preservar vínculos, o jovem passa a silenciar partes de sua experiência, produzindo clivagens internas que comprometem a integração da identidade. A autenticidade, então, deixa de ser vivida como possibilidade e passa a ser percebida como risco.

Sob a perspectiva de Vygotsky (1991), o desenvolvimento da consciência de si ocorre mediado pela linguagem e pelas relações sociais. Quando o adolescente não encontra espaços de escuta e validação, torna-se difícil simbolizar suas experiências e integrá-las à sua identidade. Wallon (1968), por sua vez, evidencia que a ruptura entre emoção, corpo e meio social fragiliza a constituição da personalidade. Assim, a impossibilidade de viver de forma autêntica não é um fracasso individual, mas um efeito das condições relacionais e culturais oferecidas ao sujeito.

Neste sentido, a autenticidade na adolescência não pode ser exigida como desempenho, tampouco romantizada como expressão pura do Eu. Ela precisa ser cultivada em contextos que ofereçam segurança emocional, escuta e reconhecimento. Pais, educadores e instituições desempenham um papel decisivo ao legitimar a experiência adolescente como válida, ainda que provisória, contraditória e em construção.

A adolescência, portanto, não é o momento de se “encontrar definitivamente”, mas de ensaiar modos de existir. A autenticidade, nessa fase, manifesta-se menos como certeza e mais como a possibilidade de experimentar, errar, revisar e reconstruir-se sem perder o vínculo consigo mesmo. Defender a autenticidade como tarefa subjetiva na adolescência é, em última instância, defender o direito do jovem de existir de forma inteira, sem precisar se apagar para pertencer.

10 O DESEJO DE SER OUVIDO E O PROTAGONISMO

O desejo de ser ouvido constitui uma das necessidades mais profundas da adolescência. Mais do que receber orientações ou correções, o jovem busca o reconhecimento de sua experiência interna. Ser escutado legitima sua existência psíquica, favorece a autorregulação emocional e permite que o



Eu, em processo de reorganização, encontre sentido em meio às transformações corporais, afetivas e sociais que atravessa.

Nesse contexto, a escuta não é um gesto passivo, mas um ato de validação simbólica. Quando um adolescente percebe que suas palavras, dúvidas e sentimentos são levados a sério, ele se sente autorizado a existir como sujeito. Paulo Freire (1996, p. 25) afirma que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Essa concepção, aplicada à adolescência, implica reconhecer o jovem como coautor de sua própria trajetória, e não como mero receptor de normas e expectativas.

O protagonismo, portanto, não se confunde com ausência de limites. Trata-se da possibilidade de o adolescente participar ativamente da construção de sua própria narrativa, exercitando escolhas, refletindo sobre consequências e assumindo, gradualmente, responsabilidade por suas ações. Vygotsky (1999) demonstra que o desenvolvimento ocorre quando o sujeito se torna agente de seu processo, mediado por relações significativas e por instrumentos culturais que favorecem a autonomia.

Garcia (2001, p. 62) reforça essa perspectiva ao afirmar que “a capacidade para regular as nossas ações pessoais utilizando meios auxiliares só atinge o seu completo desenvolvimento na adolescência”. Isso significa que o jovem precisa de apoio cognitivo e afetivo para aprender a organizar seus impulsos, planejar, avaliar e decidir. Pais e professores, nesse sentido, não devem nem controlar excessivamente nem abandonar o adolescente à própria sorte, mas atuar como mediadores de um ambiente que ofereça segurança para experimentar, errar e aprender.

Criar espaços de escolha dentro de limites claros permite que o jovem desenvolva autorresponsabilidade antes de ingressar na vida adulta, onde as consequências se tornam mais definitivas. O erro, nessa fase, deve ser acompanhado por orientação e não por punição, pois é através da tentativa e da reflexão que o adolescente constrói uma identidade mais consciente e autêntica. Quando o jovem percebe que pode falhar sem ser desqualificado, ele se permite escolhas mais coerentes com seus desejos e valores, ainda que provisórios.

11 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e teórico-analítica, fundamentada em referenciais da Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Histórico-Cultural, Filosofia Social e Estudos Críticos da Subjetividade. Foram selecionadas obras clássicas e contemporâneas de autores como Henri Wallon (1968), Lev Vygotsky (1999), Erik Erikson (1968), Audre Lorde (2019), Zygmunt Bauman (2001), Charles Taylor (2011) e Brené Brown (2019), por sua relevância na discussão dos processos de identidade, autenticidade, pertencimento e constituição do sujeito na adolescência.



A seleção do material ocorreu a partir de leituras sistemáticas em bases acadêmicas e acervos bibliográficos, considerando como critérios de inclusão: (a) textos que abordassem diretamente o desenvolvimento adolescente; (b) produções que discutissem identidade, subjetividade, cultura e relações sociais; e (c) obras que problematizassem os processos de silenciamento, normatização e reconhecimento do sujeito.

A análise dos dados foi conduzida por meio de uma leitura interpretativa e de uma análise temática, organizando-se os conteúdos em eixos analíticos: marginalização do Eu, pertencimento, cultura midiática, corpo em transformação e protagonismo. Esses eixos permitiram articular os aportes teóricos aos fenômenos contemporâneos da adolescência, visando compreender como se configura a construção da autenticidade em contextos marcados por pressões normativas e simbólicas.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como afirma Vygotsky, “o período da puberdade, com seu desequilíbrio mental e suas posições afetivas excessivamente tensas, predispõe especialmente a realizar ações inesperadas” (VYGOTSKY, 2022, p. 387). Essa instabilidade, longe de representar um defeito, expressa o intenso processo de reorganização subjetiva que caracteriza a adolescência. Trata-se de um momento em que o Eu está sendo reconstruído, exigindo reconhecimento, escuta e sustentação emocional.

A adolescência, portanto, não deve ser compreendida como um problema a ser tolerado, mas como uma fase potente de formação da identidade e da autenticidade. A marginalização do Eu adolescente — seja pelo discurso social, pelas instituições ou pelas relações familiares — compromete profundamente esse processo, gerando sofrimento, silenciamento e fragmentação subjetiva.

Neste sentido, Brené Brown (2019, p. 39) nos lembra que “a vulnerabilidade não é sinal de fraqueza, mas a medida mais precisa de coragem”. Reconhecer a vulnerabilidade adolescente como parte legítima do desenvolvimento é um passo essencial para promover autorregulação, pertencimento saudável e fortalecimento do Eu.

Como aponta Garcia (2001, p. 61), as tarefas e exigências que a sociedade coloca aos jovens são determinantes para o desenvolvimento do pensamento e da autonomia. Quando o meio não oferece desafios significativos nem oportunidades de participação, o desenvolvimento das funções psicológicas superiores é comprometido ou retardado. Assim, criar contextos educativos, familiares e sociais que convoquem o adolescente a pensar, decidir e se posicionar é uma exigência ética.

Wallon (1968) também destaca a importância da presença do adulto como mediador da responsabilidade e da solidariedade. Em uma sociedade marcada pela modernidade líquida (BAUMAN, 2001), na qual os vínculos são frágeis, o consumo é central e a alienação de si é frequente, o adolescente torna-se ainda mais vulnerável à perda de referências e de pertencimento.



Reconhecer o adolescente como um Eu em transição implica compreender que sua configuração não se dá de forma linear ou estável, mas em meio a rupturas, experimentações e subjetividade. Nesse processo, a autenticidade não deve ser entendida como um estado acabado, mas como um movimento contínuo da ocupação de si, mediado pelas relações, pela linguagem e pelo contexto sociocultural.

A marginalização simbólica do adolescente, ao não reconhecer suas formas de expressão e silenciar suas experiências internas, afeta este movimento e fragiliza a possibilidade de integração do Eu Autêntico. À luz de Audre Lorde (2019), romper com esse silenciamento constitui um gesto fundamental de afirmação da existência, uma vez que transformar a experiência subjetiva em linguagem e ação é condição para que o sujeito se reconheça como autor de sua própria narrativa.

Assim, promover espaços de escuta, pertencimento e protagonismo permite que o jovem não apenas atravesse a adolescência, mas habite conscientemente esse tempo de transição, reconhecendo-se em sua singularidade e construindo uma autenticidade que não se apoia na conformidade, mas na possibilidade de existir com verdade no presente.

Diante disso, esta pesquisa reconhece a adolescência como uma fase que exige cuidado afetivo, psíquico e social. Investir na formação de pais, professores e profissionais da educação para compreenderem os processos de construção do Eu Autêntico é fundamental para que os jovens possam atravessar esse período com maior segurança, sentido e dignidade.

Por fim, defende-se a ampliação de pesquisas que articulem adolescência, cultura, subjetividade e marginalização, de modo a fortalecer práticas de escuta, mediação e reconhecimento que possibilitem ao jovem não apenas adaptar-se ao mundo, mas construir-se nele de forma inteira, viva e autêntica.



REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Cristiano; ZUIN, Adriana. *Bullying: prevenção e intervenção nas escolas*. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BROWN, Brené. *A coragem de ser imperfeito*. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.
- DÉR, LEILA CHRISTINA SIMÕES & FERRARI, Shirley Costa. Estágio da Puberdade e da Adolescência. In: Mohoney, A. A & Almeida, L. R de (orgs.) *Henri Wallon: psicologia e educação*. São Paulo, SP: Loyola, 2005, p. 59-70
- ERIKSON, Erik H. *Identidade: juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HALL, G. Stanley. *Adolescence: its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion and education*. New York: D. Appleton and Company, 1904.
- LORDE, Audre. *Sister outsider: essays and speeches*. New York: Crossing Press, 1984.
- SCHWARTZ, Susan E. Síndrome do impostor e a personalidade “como-se” na psicologia analítica: a fragilidade de si-mesmo. Tradução de [nome do tradutor, se constar no livro]. São Paulo: Cultrix, 2017.
- TAYLOR, Charles. *A ética da autenticidade*. São Paulo: Realizações, 2011.
- VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A zona de desenvolvimento proximal na análise de Vygotsky. In: *Interação social e desenvolvimento*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- VYGOTSKY, Lev S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- WALLON, Henri. *A evolução psicológica da criança*. São Paulo: Martins Fontes, 1968.
- WALLON, Henri. *Psicologia e educação da infância*. Lisboa: Estampa, 1975.

